

Nota Informativa

Cenários para o Resultado Fiscal: quando voltaremos a gerar superávit?

- A elaboração do cenário oficial do Governo apresentado no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2019), com parâmetros macroeconômicos definidos em março deste ano, seguiu princípios de prudência, tanto no lado da despesa, quanto do lado da receita. Ou seja, não foi incluída nenhuma medida além das já formalmente apresentadas com vistas à redução das despesas ou à elevação das receitas.
- Dessa forma, o resultado primário do setor público não financeiro permanece negativo até, pelo menos, 2021, completando oito anos de déficit primário. Dentro das hipóteses previstas na elaboração do PLDO 2019, especialmente a manutenção do Novo Regime Fiscal, que limita o crescimento das despesas à taxa de inflação verificada no período anterior à elaboração da proposta de orçamento, haverá redução da despesa primária, em termos do PIB, mas a evolução das receitas ainda não será suficiente para a geração de superávit primário nos próximos três anos, até porque não houve a inclusão de nenhuma receita atípica.
- Além da manutenção do déficit primário, o cenário oficial do PLDO 2019 tem como resultado a significativa elevação no grau de rigidez do orçamento, com a participação das despesas obrigatórias no total das despesas primárias elevando-se de 91%, em 2017, para 98%, em 2021.
- Essa trajetória de elevação no grau de rigidez do orçamento amplia as restrições à atuação do governo na prestação de serviços públicos essenciais, bem como à realização de investimentos públicos em infraestrutura, comprometendo as perspectivas de crescimento do País.
- Dessa forma, é possível construir um cenário em que, mantendo as hipóteses do PLDO 2019, o aumento no grau de rigidez do orçamento provoca redução na taxa de crescimento da economia após 2021 para cerca de 1,3%aa. Considerando que o crescimento da despesa pública permanece limitado à taxa da inflação após 2021 e uma elasticidade unitária entre a expansão das receitas e a variação nominal do PIB, o resultado primário só voltaria a ser positivo em 2025.
- Logo, serão necessárias medidas para reduzir o peso das despesas obrigatórias no total das despesas públicas, especialmente as relacionadas com benefícios previdenciários e assistenciais, que são a principal despesa primária, além de uma reforma administrativa, ajustando o peso da despesa de pessoal, a 2ª principal despesa primária.
- Considerando a realização de reformas macrofiscais que dão sustentabilidade ao Novo Regime Fiscal (teto do gasto), é possível elaborar outros cenários para o resultado primário.

- A **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social** que o Ministério do Planejamento vai colocar em consulta pública na próxima segunda-feira, dia 11/junho, apresenta, dentre outros elementos¹, 2 cenários macroeconômicos elaborados pelo IPEA nos “Desafios da Nação”.
- O **cenário básico** pressupõe estabilidade macroeconômica com reformas que viabilizariam o equilíbrio fiscal de longo prazo², mas sem reformas microeconômicas. Ou seja, **sem alterar o potencial atual de crescimento da economia brasileira**. Como resultado, o crescimento do PIB *per capita* no período 2019-2031 seria da ordem de 1,8% ao ano. Dado um crescimento populacional de 0,5%aa no período, o PIB teria um crescimento médio de cerca de 2,3%aa entre 2019 e 2031 nesse cenário básico.
- O IPEA elaborou cenários alternativos, que consideram reformas pró-investimento, aumento do capital humano e aumento da produtividade. A Estratégia Nacional considera um **cenário transformador, com reformas que elevam o potencial de crescimento da economia brasileira**³. Como resultado dessas amplas reformas, o crescimento do PIB *per capita* poderia atingir 3,3%aa ao longo do período 2019-2031. Dada a expansão populacional, o crescimento do PIB no período seria da ordem de 3,86% aa.
- Com relação às finanças públicas, mantendo o Novo Regime Fiscal e considerando uma elasticidade unitária entre a receita e o crescimento do PIB nominal, **o resultado primário voltaria a ser positivo em 2023, no cenário básico, elevando-se até atingir 3,5% do PIB em 2031**. A dívida bruta do governo geral (DBGG) atingiria o valor máximo de 82,2% do PIB, em 2023, recuando nos anos seguintes, até atingir 73,6% do PIB, em 2031.
- No **cenário transformador, com o maior crescimento do PIB no período, o resultado primário já volta a ser superavitário em 2021**, o que gera uma redução mais acentuada da dívida bruta, com trajetória de queda já a partir de 2019. Nesse ambiente de melhora nas contas públicas, mantendo a regra do teto do gasto, o resultado primário seria elevado a 6,5% do PIB, em 2031, com a dívida bruta recuando a 34% do PIB.

¹ Outras informações da Estratégia Nacional estão no ANEXO desta Nota Informativa.

² Exemplos de reformas que viabilizariam o equilíbrio fiscal de longo prazo: Previdência; Administrativa; revisão de despesas obrigatórias (Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas – CMAP) ...

³ Exemplos de reformas que elevam o potencial de crescimento em virtude do aumento da produtividade: Tributária; melhora no ambiente de negócios; aperfeiçoamento de marcos regulatórios; aprofundamento dos sistemas financeiros; estímulos à inovação tecnológica nas empresas e aos investimentos privados em infraestrutura; desenvolvimento da economia digital; ...